

ISSN: 0101-6342



Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

n. 94 – jul. 2023 – dez. 2023

Revista do Ministério Público do RS	Porto Alegre	n. 94	jul. 2023 – dez. 2023	p. 1-488
-------------------------------------	--------------	-------	-----------------------	----------

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 94 – jul. 2023 – dez. 2023

Diretor da Revista

Michael Schneider Flach (Doutor)

Vice-Diretor

Vinícius de Melo Lima (Doutor)

Conselho Editorial

Annelise Monteiro Steigleder (Doutora)

Charles Emil Machado Martins (Doutor)

Érico Fernando Barin (Doutor)

Fábio Roque Sbardellotto (Doutor)

Júlia Flores Schutt (Doutora)

Luciano de Faria Brasil (Doutor)

Márcio Schlee Gomes (Mestre)

Rodrigo da Silva Brandalise (Doutorando)

Conselho de Professores Convidados

Adalberto de Souza Pasqualotto – PUCRS

Antônio Carlos Nedel – UNISINOS

Bruno Miragem – UFRGS

Carla Amado Gomes (Universidade de Lisboa)

Cláudia Lima Marques – UFRGS

Delton Winter de Carvalho – UNISINOS

Fábio Roberto D'Ávila (PUCRS)

Gabriel Real Ferrer – Alicante-ES

Hugo Nigro Mazzilli – ESMP-SP

José Casalta Nabais (Universidade de Coimbra)

José Rubens Morato Leite – UFSC

Lidia Garrido Corbobera – UBA-AR

Luís Gustavo Andrade Madeira – PUCRS

Maria João Antunes (Universidade de Coimbra)

Mauro Fonseca Andrade – UFRGS

Nestor Cafératta – UBA-AR

Patryck de Araújo Ayala – UFMT

Paulo de Sousa Mendes – Universidade de Lisboa-PT

Sandra Regina Martini Vial – UNISINOS

Solange Telles da Silva – Universidade Makenzie

Presidente da AMP/RS

João Ricardo Santos Tavares

R585 Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul. – n. 94 (2023)-.

– Porto Alegre: AMP/RS, 1973-, v.; 23cm

Semestral

ISSN 0101-6342

1. Meio Ambiente. 2. Urbanismo. 3. Patrimônio Cultural. 4. Direito

Administrativo. I. Rio Grande do Sul. Ministério Público.

II. Schneider Flach, Michael (Diretor da Publicação)

Índice para catálogo sistemático:

Direito – Periódicos CDU 34(051)

CDD 340.05

Catálogo na fonte elaborada pela bibliotecária: Kátia Minatto Leal – CRB 10/1697

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

Adriano Selhorst Barbosa	Luana de Carvalho Silva Gusso
Alex Fernandes Santiago	Marcia Bastos Balazeiro Coelho
Alexander Gutterres Thomé	Marcílio Toscano Franca Filho
Alexandre Hermes Filho	Marcos Paulo de Souza Miranda
Alexandre Sikinowski Saltz	Michael Schneider Flach
Allívia Rouse Carregosa Rabbani	Morgana Aline Weber
André Rafael Weyermüller	Patrícia de Oliveira Areas
Andréa Diana Oberherr	Paulo Roberto Martins
Annelise Monteiro Steigleder	Pedro Colaneri Abi-Eçab
Carlos Alberto Valera	Philippe Salomão Marinho de Araújo
Cíntia Vieira Souto	Plínio Lacerda Martins
Daniela Müller de Quevedo	Roberto Marcolino Graciano
Dione da Rocha Bandeira	Roberto Muhajir Rahnemy Rabbani
Fábio Fernandes Corrêa	Rodrigo Vieira Costa
Fernando Reverendo Vidal Akaoui	Rogério Rudiniki Neto
Gabriel Wedy	Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida
Jadgleison Rocha Alves	Silvia Regina Becker Pinto
Júlia Dias da Silva	Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma
Juliana Rodrigues Barreto Cavalcante	Vlândia Marques Monteiro
Jurandir de Azevedo	Ximena Cardozo Ferreira
Louise Rejane de Araújo Silva	Yara Maciel Camelo

Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul
n. 94 – jul. 2023 – dez. 2023



Porto Alegre
2023

© dos autores, 2023

Organização

Reni Brod

presidencia@amprs.org.br – Fone: (51) 3254.5306

Revisão

Daniela Falavigna

danifalavigna74@gmail.com – Fone: (51) 99163.5406

Editoração eletrônica

Nilmara Trindade da Silveira

nilsilveira@cpovo.net – Fone: ☎ (51) 99919.4758

Direitos desta edição reservados por
AMP/RS

A Revista do Ministério Público é uma publicação da
Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMP/RS,
www.revistadomprs.org.br

AMP/RS – Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul
Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 501
90050-191 – Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3254.5300
amprs@amprs.org.br
www.amprs.org.br

OS TRABALHOS PUBLICADOS NESTA REVISTA RESULTAM DA PESQUISA
E DO SABER DE SEUS AUTORES CABENDO A ESTES A DEFINIÇÃO
DE SEU CONTEÚDO OPINATIVO, O QUAL, EM HIPÓTESE ALGUMA INDICA
QUALQUER TENDÊNCIA OU POSICIONAMENTO DE SEU CONSELHO EDITORIAL

OS ARTIGOS PODERÃO SER DIVULGADOS
NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (“INTERNET”),
NA PÁGINA DA REVISTA, COM O QUE CONCORDA DESDE JÁ O AUTOR,
SEM QUALQUER DIREITO AUTORAL

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

NORMAS DE PUBLICAÇÃO.....	9
APRESENTAÇÃO.....	13

MEIO AMBIENTE

1	A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A PROTEÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA: o Programa <i>Arboretum</i> de Conservação e Restauração da Diversidade Florestal.....	15
	Fábio Fernandes Corrêa Roberto Muhajir Rahnemy Rabbani Allívia Rouse Carregosa Rabbani	
2	A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ NO CASO DO DEPÓSITO IRREGULAR DE LIXO QUÍMICO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE BAUXITA EM ULIANÓPOLIS/PARÁ/AMAZÔNIA/BRASIL E A CONTRIBUIÇÃO PARA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE O PRAZO PRESCRICIONAL EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE	35
	Louise Rejane de Araújo Silva	
3	A AUSÊNCIA DE UMA RESPONSABILIDADE PENAL EMPRESARIAL EFICAZ COMO AMEAÇA AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	49
	Alex Fernandes Santiago Plínio Lacerda Martins	

4	A INFLUÊNCIA DA FLEXIBILIZAÇÃO DA LEI DAS APPS SOBRE A CAPTAÇÃO DE CARBONO NA AÇÃO MITIGATÓRIA E COMPENSATÓRIA PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS – estudo de caso no município de Ivoti, RS	77
	Andréa Diana Oberherr Júlia Dias da Silva Morgana Aline Weber Paulo Roberto Martins Daniela Müller de Quevedo André Rafael Weyermüller	
5	A JUSPOSITIVAÇÃO DO AMBIENTE: algumas consequências.....	101
	Alexandre Sikinowski Saltz	
6	A QUESTÃO AMBIENTAL: déficit de lei ou de consciência?.....	117
	Silvia Regina Becker Pinto Alexandre Hermes Filho	
7	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS	149
	Rogério Rudiniki Neto Philippe Salomão Marinho de Araújo	
8	ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL CELEBRADOS COM GESTORES MUNICIPAIS POR DESCUMPRIMENTO DA LEI DE RESÍDUOS SÓLIDOS. O PROJETO PERNAMBUCO VERDE, LIXÃO ZERO	161
	Marcia Bastos Balazeiro Coelho	
9	O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL COMO FERRAMENTA DE CONCRETIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE: uma estruturação a partir dos objetivos de desenvolvimento sustentável	177
	Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida Pedro Colaneri Abi-Eçab	
10	ESTADO SOCIOAMBIENTAL: teoria da justiça e direito climático	191
	Fernando Reverendo Vidal Akaoui Gabriel Wedy Rafael Martins Costa Moreira	
11	TÉCNICA PROCESSUAL CIVIL E TUTELA DA MATA ATLÂNTICA	205
	Rogério Rudiniki Neto	

PATRIMÔNIO CULTURAL

- 12 **A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO CULTURAL O RELATÓRIO DA ILA E OS DESAFIOS PARA O DIREITO INTERNACIONAL** 223
Marcílio Toscano Franca Filho
Jadgleison Rocha Alves
- 13 **A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA CIDADE DE GARUVA, SC: uma análise de sua integridade e a competência dos entes federados na sua preservação**..... 235
Roberto Marcolino Graciano
Luana de Carvalho Silva Gusso
Dione da Rocha Bandeira
Jurandir de Azevedo
- 14 **OS CONFLITOS ARMADOS E O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO: quando o Patrimônio Cultural é atingido pela guerra** . 253
Adriano Selhorst Barbosa
Luana de Carvalho Silva Gusso
Patrícia de Oliveira Areas
- 15 **ASPECTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO** 279
Marcos Paulo de Souza Miranda
- 16 **CONCEITUANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL**..... 313
Michael Schneider Flach
- 17 **PASSADO SEM PASSADISMO: uma história da construção do Decreto-Lei nº 25/37** 335
Cíntia Vieira Souto
- 18 **PATRIMÔNIO CULTURAL E TUTELA SOCIOAMBIENTAL DOS BENS AMBIENTAIS ARTIFICIAIS: o caso do Edifício São Pedro em Fortaleza, CE**..... 355
Rodrigo Vieira Costa
Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma
Juliana Rodrigues Barreto Cavalcante
Vlândia Marques Monteiro

URBANISMO

- 19 **ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
NO ENFRENTAMENTO AOS RISCOS DE DESASTRES
EM CONTEXTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS:** experiência
da promotoria regional ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos . 375
Ximena Cardozo Ferreira
- 20 **O DIREITO À CIDADE:** contornos e perspectivas no contexto
de inflexão ultraliberal da política urbana 387
Alexander Gutterres Thomé
- 21 **REFLEXÕES SOBRE A AMPLIAÇÃO
DO PERÍMETRO URBANO NO CONTEXTO
DA CRISE CLIMÁTICA E SOB A PERSPECTIVA
DO DIREITO À CIDADE SUSTENTÁVEL** 415
Annelise Monteiro Steigleder
- 22 **REFLEXÕES SOBRE AS DECISÕES
NO PROCESSO ESTRUTURAL E A EFICÁCIA
DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL:** apontamentos
sobre a reconstrução de uma memória coletiva no caso
do desastre socioambiental da empresa Samarco
na cidade de Bento Rodrigues, Mg 443
Yara Maciel Camelo
- 23 **TUTELA JURÍDICA DO SOLO** 457
Carlos Alberto Valera

ENSAIOS JURÍDICOS

- 24 **A ESPERANÇA DE UM NOVO SISTEMA
DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL** 477
Eduardo Coral Viegas

NORMAS TÉCNICAS PARA PUBLICAÇÕES NA REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

A Revista do Ministério Público é uma publicação semestral, como início no fim do ano de 1941. É editada pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, mas a publicação é dirigida tanto aos seus membros, como para comunidade jurídica, como professores, pesquisadores e demais profissionais envolvidos em estudos produzidos na área do Direito ou afim.

Não serão aceitos artigos que violem os princípios e valores constitucionais do Ministério Público, enquanto “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

A Revista adota as seguintes normas editoriais

1. Serão aceitos apenas trabalhos inéditos. Salvo se publicados internacionalmente. Ou em outra unidade da federação, mas desde que elaborado por autor com título de doutorado.
2. Os artigos passarão pela apreciação dos Editores na modalidade “às cegas”.
3. Os Editores encaminharão os artigos para apreciação do Conselho Editorial, e também, se necessário, para o Conselho de Professores Convidados, para análise, na qual será recomendada ou rejeitada a publicação.
4. Os pareceres comportarão três possibilidades:
 - a) aceitação integral;
 - b) aceitação com reformulações;
 - c) recusa integral. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.
5. Os autores serão informados sobre eventuais modificações a serem realizadas.

6. Os Editores e o Conselho Editorial reservam-se o direito de fazer pequenas alterações no texto dos artigos. Modificações substanciais serão solicitadas aos autores com prazo definido.
7. Os artigos serão aceitos em outra língua, além da portuguesa. Mas deverão também conter título, resumo, palavras-chave e sumário em português.
8. As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não constituindo sua aceitação motivo para se entender que os responsáveis pela Revista do Ministério Público compartilham das suas opiniões ou juízos.
9. Os direitos autorais obtidos pela publicação do artigo não serão repassados para o autor. Trata-se de publicação gratuita, científica e sem fins lucrativos.
10. A titulação mínima do autor para a publicação é a de Especialista em Direito, Mestrando ou equivalente.

Forma de apresentação dos manuscritos

Os artigos deverão ser encaminhados por e-mail (em PDF e WORD), digitados em espaço de 1,5 nos parágrafos, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere, em folha A4, com formatação de margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm, em páginas numeradas iniciando em 01, além da observância das demais normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Ainda, as *referências* deverão atender ao seguinte padrão:

- a) Todas obras citadas devem constar no final, sem utilização de “ _____ ” para substituição de nome de autor que se repita.
- b) Citação pelo sistema de nota de rodapé com informação completa. Ou pelo método Autor e data.

A apresentação dos trabalhos deverá seguir as seguintes orientações:

Elementos obrigatórios (nesta ordem)

1. Título;
2. Nome do(s) autor(es), com nota de rodapé contendo: formação acadêmica, profissão e e-mail;
3. Resumo (mínimo 100 e máximo 300 palavras);
4. Cinco (5) Palavras-chave;

5. Sumário;
6. Os itens 1, 3, 4 e 5 em português e língua estrangeira (preferencialmente inglês: *title, abstract, keywords e summary*);
7. Introdução;
8. Desenvolvimento;
9. Considerações Finais;
10. Referências.

Categorias

1. **ENSAIOS JURÍDICOS** – Textos entre 6 a 12 páginas. Ou de associado da AMPRS sem titulação. Ou peças processuais que deverão conter os elementos supra de 1 a 4.
2. **ARTIGOS DE DOCTRINA** – Textos entre 13 e 30 páginas;
3. **ARTIGOS DE DOCTRINA INTERNACIONAL** – Textos entre 13 e 30 páginas de pesquisa jurídica, por autor estrangeiro ou sob norma estrangeira.

Demais formatações, seguir o disposto na ABNT.

Padrão Editorial

Todo manuscrito encaminhado à Revista deverá estar de acordo com as normas éticas de pesquisa, vigentes na área do respectivo trabalho, e deverá estar acompanhado de uma carta assinada pelo autor principal, onde esteja explícita a intenção de submissão do trabalho à publicação, contendo autorização para reformulação da linguagem, quando necessário, dispensando os direitos autorais e declarando se tratar de texto inédito, salvo a exceção admitida. Em caso de autoria múltipla, a versão final deverá ter a assinatura de todos os autores.

Classificação: Qualis A4.

Título Mínima: Especialista, Mestrando ou equivalente.

Periodicidade: Semestral (janeiro a junho e julho a dezembro).

Prazo: Revista Ímpar, até 31 de março. Revista Par, até 31 de agosto.

Endereço para envio: revistadaamprs@gmail.com

Site da Revista: <https://www.revistadomprs.org.br/index.php/amprs>

Porto Alegre.

Direção da Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul – AMPRS.

APRESENTAÇÃO

Apresentamos a Revista do Ministério Público nº 94 (2023/2).

Trata-se de uma Edição Especial temática das áreas de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural.

Os temas em questão figuram entre os mais palpitantes da modernidade, mormente em tempos de devastação ambiental, incidentes climáticos, conflitos fundiários, grande ocupação dos espaços urbanos e riscos ao patrimônio cultural.

A presente publicação conta com 24 artigos da lavra de Professores, Mestres, Doutores e pesquisadores em geral, com experiência na sua área de atuação.

Também, apresentamos os novos integrantes do Conselho de Professores Convidados da Revista: Carla Amado Gomes (Universidade de Lisboa), Fábio Roberto D'Ávila (PUCRS), José Casalta Nabais (Universidade de Coimbra) e Maria João Antunes (Universidade de Coimbra).

Ainda, o Conselho Editorial passa a contar com a participação do Promotor de Justiça Márcio Schlee Gomes (Especialista em Direito Constitucional e Mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), em substituição ao Mestre Alexandre Sikinowski Saltz, pelo fato deste ter assumido o cargo máximo de Procurador-Geral de Justiça do MPRS, mas o qual ainda assim contribui com um artigo para esta edição, e cujo participação em prol deste periódico agradecemos imensamente. Assim, atualmente o Conselho Editorial da Revista atinge a qualificação de ser composto por oito Doutores, um Doutorando e um Mestre.

Nosso agradecimento a todos os que colaboraram com a presente edição, e o desejo de uma boa leitura.

Michael Schneider Flach
Doutor em Ciências Criminais
Diretor da Revista do Ministério Público
do Estado do Rio Grande do Sul – AMPRS

